

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS
COM CLAUSULA "AD EXITUM"**

Pelo presente instrumento de contrato, firmado entre as partes de um lado, doravante identificado como contratante Thales Igor de Oliveira, brasileiro(a) Solteiro, Autônomo, portador do CPF: 107.146.584/80, residente na Rua: Afonso Pena do 520, Bairro: Paredões, cidade Mossoró, com os advogados: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; NAMBERTO BALRINO SALES, brasileiro, casado, advogado, ambos podendo ser citados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Aeroporto, em Mossoró - RN, doravante identificados como contratados, a prestação dos seguintes serviços profissionais:

- 1- A parte contratante celebra com os contratados, a prestação de serviços advocatícios, com objetivo de ajuizar ação própria junto a Comarca de Mossoró -RN, tendo como parte demandada, a Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A;
 - 2- A parte contratante, não pagará qualquer valor aos contratados de imediato, sendo que, ao final na lide, ocorrendo procedência caberá, a parte contratante, pagar aos contratados o valor correspondente à 30% (trinta por cento), sob o valor da condenação, independente da verba sucumbencial a ser arbitrada pelo Juízo da causa;
 - 3- Em caso de insucesso da demanda, a parte contratante não desembolsará quaisquer valores aos contratados, o risco será arcado pelos advogados contratados, independente do ônus de deslocamentos, alimentação, contratação de outros advogados, dentre outras despesas até a entrega final da pretensão requerida, sendo que, o presente firma-se na cláusula "ad exitum";
 - 4- Em caso de desistência da demanda, ou, revogação dos poderes em favor de outros outorgados, deverá a parte contratante, pagar aos contratados, o valor correspondente à 30% (TRINTA POR CEMTO) sob o valor da causa;
 - 5- Nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, caberá a parte contratada, requerer a expedição do competente alvará judicial, em separado ao da parte contratante, ao fim da lide..
- Elegem as partes, para dirimir quaisquer dúvidas, e execução inclusive o presente, a comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte.
- Nada mais a constar vai o presente devidamente assinado para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 14/12/2020

Contratante: Thales Igor de Oliveira

Contratado: KM Nascimento
OAB/7469

Testemunhas: _____

CPF nº _____

Testemunhas: _____

CPF nº _____

Digitalizado com CamScanner



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Outorgante: Thales Igor de Oliveira, brasileiro(a)-
Solteiro, Autônomo, portador do RG nº 003.072.937, e do
CPF nº 107.146.584 80, residente na
RUA: Afonso Pena 520, BAIRRO:
Paradeiros, cidade Mossoró - Rio Grande
do Norte, nomeia e outorga poderes a Outorgada: KELLY MARIA MEDEIROS
DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada, portadora da OAB/RN
7.469, podendo ser intimada na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986,
Mossoró-RN, ao qual confere amplos e gerais poderes para o foro em
geral com a cláusula "ad Judicia", para ajuizar ação de cobrança na
Comarca Mossoró -RN, podendo a outorgada, confessar,
assinar, desistir, propor acordo, receber intimações, dar
quitação, transigir, apresentar réplica, oposições, firmar acordo,
receber e levantar ALVARA JUDICIAL, decorrente da presente ação,
apresentar recurso e contra razões, junto bem como, substabelecer
esta com ou sem reservas de poderes, podendo levantar alvará
judicial, acompanhar todo processo até o final do julgamento,
representado ainda os interesses do outorgante, podendo ajuizar
apelação, ou, qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao
Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, para garantir o
direito do outorgante, e finalmente, praticar todos os atos
necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 14 / 12 / 2020.

Outorgante: Thales Igor de Oliveira
• Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de
13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.



TERMO DE DECLARAÇÃO DE POBREZA

Othales Igor de Oliveira brasileiro(a), Salteiro (a),
Autônomo, portador do CPF n. 107.146.584 - 80, podendo ser
intimado (a) no (a) Rua Afonso Pena n. 520, Bairro -
Paredões, Mossoró -RN. Declara nos termos da Lei n.
1.060/50, que é pobre na forma da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as
despesas processuais na Ação de Cobrança c/c reparação de danos, na Comarca de
Mossoró -RN. Afirma ainda ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não
retrate a verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Mossoró -RN em 14/12/2020.

Declarante:

Othales Igor de Oliveira

1ª Testemunha:

Lezília Maria de Oliveira

CPF nº 813.809.474-75

Residente- Afonso Pena, 520, Bom Jardim

2ª Testemunha:

Marcelo Souza de Lima

CPF nº 277.944.124-34

Residente- Afonso Pena, 520, Bom Jardim

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



DECLARAÇÃO DE ISENTO DO IMPOSTO DE RENDA

FIRMADA NA LEI Nº 7.115/83.

Thales Igor de Oliveira brasileiro.(a), solteiro (a),
Autônomo, portador do CPF n. 107.146.584 - 80, podendo ser
intimado (a) no (a) Rua Amoroso Pena n. 520, Bairro -
Paredões Mossoró

-RN. DECLARA, sob as penas da lei que é isento de declarar imposto de renda, não dispõe de qualquer meio financeira que lhe possibilite pagar custas e demais emolumentos judiciais. Firma a presente declaração nos termos- conforme previsto na Lei 7.115/83. Estou ciente das sanções administrativas, penais e cíveis, nos termos do art. 299 do CPB. Nada mais a constar lavro o presente para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoró -RN, em 11/12 2020.

Declarante: Thales Igor de Oliveira

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



DAI - Declaração Anual de Isento

Por Assessoria de Comunicação
Social — publicado 26/02/2016 10h54, última
modificação 28/06/2019 10h29

Informamos que a Declaração Anual de Isento (DAI) da Secretaria da Receita Federal do Brasil foi instituída com o objetivo de manter atualizado o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

Com a edição da Instrução Normativa RFB nº 864/2008 de 22 de julho de 2008, deixou de existir a Declaração Anual de Isento, a partir do ano de 2008.

A isenção poderá ser comprovada mediante declaração escrita e assinada pelo próprio interessado, conforme previsto na Lei 7.115/03.

Ciente:

Thales Igor de Oliveira



LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983.

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e da outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. . 1º - A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, hominímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único - O dispositivo neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. . 2º - Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. . 3º - A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. . 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

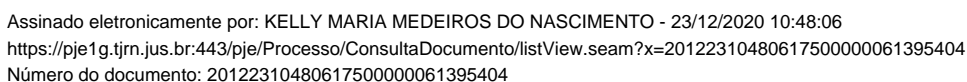
Art. . 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO
Ibrahim Arbi-Ackel
Hélio Beltrão

~~Ciente:~~

Thales Igor de Oliveira



NOTA FISCAL | FATURA | CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA 2a VIA

COMPANHIA ENERGÉTICA
DO RIO GRANDE DO NORTE
RUA MERMOZ, 150, BALDO,
NATAL, RIO GRANDE DO NORTE
CEP 59025-250
CNPJ 08.324.196/0001-81
INSCRIÇÃO ESTADUAL 20055199-0



Tarifa Social de Energia Elétrica - Lei 10.438, de 26/04/02
Ligações Gratuitas:
-TELEATENDIMENTO COSERN: 116
-Atendimento ao deficiente auditivo ou de fala: 0800 281 0142
-Ouvidoria 0800 084 0404
Agência Reguladora de Serviços Públicos do Rio Grande do Norte
ARSEP: 0800 727 0167 -Ligação Gratuita de telefones fixos
Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL 167
Ligação Gratuita de telefones fixos e móveis

DADOS DO CLIENTE FRANSUELDO DOS SANTOS OLIVEIRA CPF: 035.553.734-63	DATA DE VENCIMENTO 22/09/2020 TOTAL A PAGAR (R\$) 118,93	DATA EMISSÃO DA NOTA FISCAL 15/09/2020 DATA DA APRESENTAÇÃO 15/09/2020 NÚMERO DA NOTA FISCAL 048241502 Série: U	CONTA CONTRATO 007008322800 Nº DO CLIENTE 3010616749 Nº DA INSTALAÇÃO 0000547258
ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA RUA AFONSO PENA 520 PAREDOES/AREA URBANA 59618-020 MOSSORO RN	CLASSIFICAÇÃO B1 RESIDENCIAL - BAIXA RENDA COM NIS Monofásico		
RESERVADO AO FISCO E71F.750E.3E89.535C.F5D0.8F19.8E19.5AD2			

As condições gerais de fornecimento (Resolução ANEEL 414/2010), tarifas, produtos, serviços prestados e tributos se encontram à disposição, para consulta em nossas unidades de atendimento e no site www.cosern.com.br

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO	VALOR (R\$)
Consumo-TUSD até 30 kWh	30,00	0,11341199	3,40
Consumo-TUSD superior a 30 até 100 kWh	70,00	0,19442056	13,60
Consumo-TUSD superior a 100 até 220 kWh	111,00	0,29163085	32,37
Consumo-TE até 30 kWh	30,00	0,11128477	3,33
Consumo-TE superior a 30 até 100 kWh	70,00	0,19077389	13,35
Consumo-TE superior a 100 até 220 kWh	111,00	0,28616084	31,76
Contrib. Ilum. Pública Municipal			8,90
ICMS-Parcela Subvencionada			8,23
Multa por atraso-NF 045199129 - 15/07/20			1,50
Juros por atraso-NF 045199129 - 15/07/20			0,82
Atualização IGPM-NF 045199129 - 15/07/20			1,67
TOTAL DA FATURA			118,93

INFORMAÇÕES DE TRIBUTOS								
ICMS		PIS		COFINS				
BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO	BASE DE CÁLCULO	%	VALOR DO IMPOSTO
97,81	18,00	17,60	97,81	1,10	1,07	97,81	5,05	4,93

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO		
	RS	%
Geração de Energia	35,56	36,35
Transmissão	4,87	4,98
Distribuição (Cosern)	26,34	26,93
Encargos Setoriais	0,80	0,82
Tributos	23,60	24,13
Perdas de Energia	6,64	6,79
TOTAL	97,81	100

HISTÓRICO DO CONSUMO		
		kWh
SET	20	211
AGO	20	157
JUL	20	166
JUN	20	182
MAI	20	122
ABR	20	154
MAR	20	152
FEV	20	135
JAN	20	122
DEZ	19	143
NOV	19	156
OUT	19	144
SET	19	139

EM ATÉ 15 DIAS, DÉBITOS EXISTENTES CAUSARÃO CORTE.

Vencido

21/08/20

Dt Reav

15/09/20

Valor

80,65

Este comunicado NÃO substitui aviso de débitos anteriores e NÃO contempla débitos em discussão judicial. Caso a suspensão do fornecimento persista por dois ciclos de faturamento, poderá ocorrer o encerramento do contrato, podendo também existir cobrança conforme os critérios definidos no Art. 99 REN 414/Aneel. Podem ocorrer ações de cobrança, bem como inclusão nos registros de restrições de crédito SPC e SERASA.

DEMONSTRATIVO DE CONSUMO DESTA NOTA FISCAL									
NÚMERO DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	ANTERIOR		ATUAL		Nº DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO kWh
		DATA	LEITURA	DATA	LEITURA				
E194983	CAT	14/08/2020	30.818,00	15/09/2020	31.029,00	32	1,00000	0,00	211,00

98855 5035

DATA PREVISTA PARA A PRÓXIMA LEITURA: 15/10/2020

DURAÇÃO E FREQUÊNCIA DAS INTERRUPÇÕES					
DESCRIÇÃO	CONJUNTO	VALOR APURADO	META MENSAL	META TRIM.	META ANUAL
jul/2020					
DIC-No.de horas sem Energia	BARROCAS	0,00	4,83	9,67	19,34
FIC-No.de vezes sem Energia		0,00	3,17	6,35	12,70
DMIC-Duração máxima de interrupção contínua		0,00	2,69	0,00	0,00
DICRI-Duração de interrupção em dia crítico					Limite DICRI: 12,22
EUSD-Valor do Encargo de Uso = R\$ 37,45					
Todo Consumidor pode solicitar a apuração dos Indicadores DIC, FIC, DMIC e DICRI a qualquer tempo.					

NÍVEIS DE TENSÃO	
TENSÃO NOMINAL(V)	LIMITE DE VARIAÇÃO(V)
	MÍNIMO MÁXIMO
220	202 231
AUTENTICAÇÃO MECÂNICA	

DESTAQUE AQUI				
CONTA CONTRATO 007008322800	MÊS/ANO 09/2020	TOTAL A PAGAR(R\$) 118,93	VENCIMENTO 22/09/2020	TALÃO DE PAGAMENTO Evite dobrar, perfurar ou rasurar. Este canhoto será usado em leitora ótica.

PAGAMENTO ATRAVÉS DE FICHA DE COMPENSAÇÃO	AUTENTICAÇÃO MECÂNICA
---	-----------------------





 **MINISTÉRIO DO TRABALHO**
SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP **212.84567.56-9**

NÚMERO	SERIE	UF
9929498	0050	RN

Thales S. G. de Oliveira
ASSINATURA DO TITULAR





CONTRATO DE TRABALHO

07991107/0001-98

EMPREGADOR

MARANATA INDÚSTRIA E COMÉRCIO
DE SIDA

CGC/CPF/CEI

ENDEREÇO

AV. DEHUEL VIEIRA DINIZ, S/N
SANTA DELMIRA

MUNICÍPIO

CEP. 59.615-255

UF

ESP. DO ESTABELECIMENTO

MOSSORÓ - RN

CARGO

Ajudante de Produção

CBO Nº

DATA DE ADMISSÃO

24

DE

Setembro

DE

2018

REGISTRO Nº

000445

FLS. / FICHA

000445

REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA

R\$ 954,00 + 20% (noventa e

cinqüenta e quatro reais)

MARANATA IND. E COMÉRCIO DE SIDA

ASS. DO EMPREGADOR OU A TOCO O TESTEMUNH

1ª

Carlos Alberto Alves de Lima

DATA DE SAÍDA

24

DE

Março

2018

Mundial Empreendimentos e Comércio Ltda. ME

João Batista Alves de Lima

COM. DISPENSA CD Nº

FGTS Nº DA CONTA

Ver pag. 22

07



QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO



THALES IGOR DE OLIVEIRA

FILIAÇÃO..... LUZIA MARIA DE OLIVEIRA

NASCIMENTO..... 27/02/1996

ESTADO CIVIL... SOLTEIRO

NATURALIDADE: MOSSORÓ - RN

DOCUMENTO..... R.G. - 003072937 - 11/06/2018 SSPDS - RN

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995

CPF..... 107.146.584-80

TIT. ELEITOR:

LOCAL DE EMISSÃO: SEC - MOSSORÓ - POSTO AVANÇADO

DATA DE EMISSÃO... 21/05/2018

CNH.....

SEÇÃO:

ZONA:


ELDER NOGUEIRA PÓSSIO
Diretor (Intermediária Regional de Trabalho e Emprego - RN)

ASSINATURA DO EMISSOR

24118.9929498.50.45





SESAP/RN - HOSPITAL REG. TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA

BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº 14530 /2020

Admissão: 30/08/2020 03:46:46

gls

CIRURGIA GERAL - VERDE

Paciente: 64895 - THALES IGOR DE OLIVEIRA (24 a 6 m 3 d)

Nascimento: 27/02/1996

Natural: MOSSORO.BRASIL

Sexo: M Cor: PARDA

CNS: 706506370972990

CPF:

Prof:

Mãe: LUZIA MARIA DE OLIVEIRA

Pai: NADACOSNTA

Logradouro: RICARDO GUILHERME DE LIMA, 10

CEP: 59607380

Bairro: AEROPORTO

Cidade: MOSSORO

Telefone: 84.333153390

Compl:

Motivo(alegado pelo paciente): QUEDA - MOTO

Tipo: REGULADO

Origem: SAMU RN

*Empresa:

OBS: trazido pelo samu

Classificação:

PESO:

30/08/2020 03:40:08

HORA	P.A.	HGT	SatO2	FIQ2	F.R.	F.C. / Pulso	TEMP.	Glasgow	RTS
	130 80								

HISTÓRIA - EXAME FÍSICO

Queixas: vítima de queda de moto. queixa de dor em MMSS, provável fratura de clavícula direita, escoriações em joelho e cotovelo direito

Dt e Hora: _____

*Doente vítima de queda de moto. Apresentando
dor na clavícula no local. Apresentando dor
em ombro D.*

Diagn. Inicial:

Assin:

PRESCRIÇÃO:

VIA

HORÁRIO

ASSINT.

① Rapa Simples 2000 I, EV.

② Dexamet 0,1 mg, EV.

③ Voltaren 750, F.M.

④ TIPOVA SIMPLES NO MSD

*- 1, 2, 3, 4**04:25**04:25**- af*

*Dr. Danilo U. de Paiva
Ortopedia e Traumatologia
CRM 115503*

*Dr. Karimaldo J. Almeida
Clínica de Oncologia
CRM 115503*

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
SAME MOSSORO 10/09/2020

SAME / ARQUIVO

*SAÍDA: () Decisão médica () Transferido () Evasão () Óbito () Interna: (Preencher CID, PROC)

CID

Proc.

Data:

/

/20.

Hr:

:

Médico:

*Gerado via SX por FRANCISCO DAS CHAGAS DE MEDEIROS. Impresso em 30 de Agosto de 2020.

(Assinar e

Carimbar)

98855 5035

contato Berg



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 23/12/2020 10:48:07

<https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20122310480735800000061395412>

Número do documento: 20122310480735800000061395412

Num. 64069043 - Pág. 1

MCN

QUEIXO DE Queda DE MOTO, BASTANTE ALCOOLIZADO;
ECG 14.

PC ENVIADO 5/ 14.

57 SOROCABA MCN.

CD: ALTO MCN

Dr. Roberto B. Vital
Neurocirurgia
CRM/RN 9679

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
SOME MOSSORÓ 10/10/2020
B/m
SAME / ARQUIVO

Amarela Gema #30/08/2020 # 08:55h

Prontidão de dor no ombro D/choyaglie
Kego dor torçao / doleu P.

CD: Sol. RX OMBRO D/AMARCA
(C/AMM CSCA TUMAR D).

AV. ORTO-TUMATOCAL

LIBERADO P/ AMARCA GEMAR

Dr. Haroldo A. Duarte
CIRURGIA GERAL
CRM - 3519

ORTOP- 09:20h:

PCTE VITIMA DE QUEDA DE MOTO, COM TRAUMA NO
OMBRO (D)

EF: DOR A PALPAÇÃO DIFUSA DO OMBRO, SEM DOR A
MOBILIZAÇÃO PASSIVA.

RX DO OMBRO (D): SEM SINAIS DE FRATURA RECENTE, COM
CALO ÓSSEO NA CLAVÍCULA POR FRATURA ANTIGA

COMPLTA. - TIPOVA

- RECENTE

- ALTA DA ORTOPEdia

Dr. Danilo J. de Paiva
Ortopedia e Traumatologia
CRM 6084





Governo do Estado do Rio Grande do Norte
Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social
Polícia Civil
Delegacia Eletrônica



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Este Boletim de Ocorrência foi devidamente homologado pela Delegacia Virtual e liberado para impressão definitiva.
A aceitação deste documento está condicionada a verificação de sua autenticidade pela Internet na área de acompanhamento e consulta de registro de Ocorrências da Delegacia Virtual, no endereço <http://www.defesasocial.rn.gov.br>

Unidade Policial: DELEGACIA VIRTUAL

Endereço:

1. IDENTIFICAÇÃO DO BOLETIM

1.1 Protocolo: J2020001074673

1.2 Data de Expedição: 16/12/2020 10.50.39

1.3 Tipo: ACIDENTE DE TRÂNSITO COM DANO

2. DADOS DO LOCAL DO FATO

2.1 Data/Hora do Fato: 30/08/2020 00.00.00

2.2 Logradouro: DELFIM MOREIRA

2.3 Número: S/N

2.4 CEP:

2.5 Complemento:

2.6 Ponto de Referência: PROXIMO A AUTO ESCOLA SOMAR

2.7 Bairro: CENTRO

2.8 Cidade: MOSSORÓ

2.9 Estado: RIO GRANDE DO NORTE

3. DADOS PESSOAIS DO COMUNICANTE (PESSOA FÍSICA)

3.1 Nome Completo: THALES IGOR DE OLIVEIRA

3.2 Estado civil: Solteiro(a)

3.3 Etnia: NÃO INFORMADO

3.4 Pai:

3.5 Mãe: LUZIA MARIA DE OLIVEIRA

3.6 Data de Nascimento: 27/02/1996

3.7 Sexo: MASCULINO

3.8 RG: Não informado

3.9 CPF: 10714658480

3.10 Passaporte:

3.11 Nacionalidade:

3.12 Naturalidade: MOSSORÓ/RN

3.13 Profissão:

3.14 E-Mail: MARCIA_REGINA_TJ@HOTMAIL.COM

3.15 Telefone(s):

3.16 Logradouro: RUA AFONSO PENA

3.17 Número: 520

3.18 CEP:

3.19 Bairro: PAREDÕES

4. DADOS PESSOAIS DA(S) VÍTIMA

4.1.1 O DECLARANTE É A PRÓPRIA VÍTIMA

5. DADOS PESSOAIS DO(S)

(NÃO FORAM INCLuíDOS ACUSADOS)

6. DADOS DA OCORRÊNCIA

7. DOS FATOS

7.1 Histórico

O DECLARANTE DECLARA QUE TRAFEGAVA VOLTANDO PRA CASA NA SUA MOTO TRAXX ANO 2014 PLACA QGK6120 RENAVAN 01080540935 QUANDO PERDEU O CONTROLE CAINDO NUM BURACO CONTUDO NÃO HOUVE VITIMAS SO DANOS MATERIAIS.

8. COMPLEMENTOS (ESSE BOLETIM NÃO FOI COMPLEMENTADO)

9. DECLARAÇÃO

O(s) declarante(s), sob as penas da Lei, confirmam que as informações aqui registradas são verdadeiras.

Comunicante: THALES IGOR DE OLIVEIRA

Data: 16/12/2020 15.32.29

10. PROVIDÊNCIAS (RESERVADO A AUTORIDADE POLICIAL)

Este Boletim de Ocorrência foi devidamente homologado.



Atendimento: 1702742 - RUBENS PAES BEZERRA FILHO

Impresso por: WEB em 16/12/2020 16:51:14

FINAL DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADES			
DETRAN - RN CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO		Nº 011811701099	
VEICULO	ODD RENAVAM	ENTRADA	EXTRACID
1	01080510534	*****	2016
TALIS ARINO DE OLIVEIRA			
057.989.954-37		00K6120	
00K6120/RN		951EXUBA9EB008479	
PASSAGEIRO/CICLOMOTOR/MAS APPLICANTE GASOLINA			
MOTOR: 1500-8		2014	
CATEGORIA		COR PRECOLOMANT	
CCV/43 CILINDRADAS		PRETA	
COTA UNICA		COTA UNICA	
R\$ 0.00		11/08/2016	
PAGAR PV 8		PARCELAMENTO COTAS	
019442 3X		R\$ *****	
PREMIO TARIFARIO (R\$)		DATA DE PAGAMENTO	
*** TAXAS DETRAN: PAGO ***		DPVAT: PAGO	
MOTOR: 011P397M9141008701			
MOSSORO/RN		10/03/2016	
Siderlay Bezerra da Silva Coordenador de Registro de Veículos			
RN Nº 011811701099 BILHETE DE SEGURO DPVAT			
ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA www.dpvatseguradotransito.com.br SAC DPVAT 0800 022 1204			
057.989.954-37		00K6120	
01080540936		MOTO TRAJOU/JL300-8	
2014		951EXUBA9EB008479	
PREMIO TARIFARIO			
TARIFA		COTA UNICA	
R\$ 0.00		11/08/2016	
PAGAR PV 8		PARCELAMENTO COTAS	
019442 3X		R\$ *****	
PREMIO TARIFARIO (R\$)		DATA DE PAGAMENTO	
*** TAXAS DETRAN: PAGO ***		DPVAT: PAGO	
MOTOR: 011P397M9141008701			
MOSSORO/RN		10/03/2016	
Siderlay Bezerra da Silva Coordenador de Registro de Veículos			
SEGURADORA LIDER - DPVAT			
CNPJ 09.348.908/0001-04 www.seguradoralider.com.br			



SINISTRO 3200459963 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA THALES IGOR DE OLIVEIRA

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial Natal-RN

BENEFICIÁRIO THALES IGOR DE OLIVEIRA

CPF/CNPJ: 10714658480

Posição em 23-12-2020 08:09:50

O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado, conforme carta enviada para o beneficiário.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0820971-51.2020.8.20.5106

AUTOR: THALES IGOR DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida (CPC, art. 381, II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para realização da perícia, devendo a parte autora ser intimada pessoalmente para comparecer ao ato. Saliente-se que, caso a parte autora não compareça à perícia, NÃO será concedida oportunidade de reaprazamento de perícia por ausência injustificada, culminando assim na preclusão da prova pericial e no consequente julgamento do mérito.

Destaco que, por ocasião da pandemia do novo Corona vírus, as perícias ainda estão suspensas, no CEJUSC



Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo, termos em que pretendem cada parte conciliar, ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Tendo em vista a crise sanitária atual, devido a pandemia do novo Corona vírus, a autocomposição, se de interesse, deve ser providenciada através dos autos, independente da realização de audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz (CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público.

Adotadas as supra expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 7 de janeiro de 2021.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

JUÍZA DE DIREITO

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carnebeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0820971-51.2020.8.20.5106

AUTOR: THALES IGOR DE OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida (CPC, art. 381, II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para realização da perícia, devendo a parte autora ser intimada pessoalmente para comparecer ao ato. Saliente-se que, caso a parte autora não compareça à perícia, NÃO será concedida oportunidade de reaprazamento de perícia por ausência injustificada, culminando assim na preclusão da prova pericial e no consequente julgamento do mérito.

Destaco que, por ocasião da pandemia do novo Corona vírus, as perícias ainda estão suspensas, no CEJUSC



Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo, termos em que pretendem cada parte conciliar, ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Tendo em vista a crise sanitária atual, devido a pandemia do novo Corona vírus, a autocomposição, se de interesse, deve ser providenciada através dos autos, independente da realização de audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz (CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público.

Adotadas as supra expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 7 de janeiro de 2021.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

JUÍZA DE DIREITO

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



ciente do despacho cadastrado sob o id 64170185

